

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Proposta visa gerar emprego e renda com zeladoria

Projeto propõe MEIs para serviços de capinação

A vereadora Debora Palermo (PL-SP) protocolou na Câmara o projeto de lei “Meu Bairro, Minha Cidade”, que visa credenciar Microempreendedores Individuais (MEIs) para atuar na zeladoria urbana dos bairros de Campinas. A iniciativa busca gerar emprego e renda e fortalecer o empreendedorismo local. Prevê o credenciamento contínuo de MEIs habilitados para executar serviços como capinação, roçada, pintura de meio-fio, limpeza de áreas públicas e conservação de espaços comunitários. Após a habilitação, os profissionais poderão ser contratados pela Prefeitura por meio de Ordens de Serviço conforme a demanda de cada região.

Manutenção eficiente

“Estamos falando de uma política pública que aproxima o poder público da comunidade, leva dignidade aos trabalhadores, cria oportunidades e melhora diretamente a qualidade dos espaços públicos em Campinas”, afirma a parlamentar. O projeto veta, entretanto, serviços relacionados à poda, extração ou manuseio de árvores pelos credenciados, mantendo-os sob responsabilidade técnica específica.

Câmara Municipal de Campinas



Ressalta que a proposta nasce do interesse local

Biblioteca em Barão Geraldo

O vereador Luiz Rossini (Republicanos-SP), presidente da Câmara, propôs a Prefeitura a instalação de uma biblioteca municipal em Barão Geraldo. Protocolou um requerimento questionando a viabilidade de implantá-la no distrito. Solicita estudos técnicos para avaliar a demanda. Rossini indaga sobre a existência de imóveis municipais disponíveis ou que possam passar por adaptações estruturais para abrigar o espaço, além de sugerir o uso de parcerias público-privadas para viabilizar o projeto.

Demanda

“Barão Geraldo caracteriza-se por uma forte presença de instituições de ensino e intensa circulação de estudantes, pesquisadores, professores e famílias, promovendo uma grande diversidade cultural e comunitária, e que gera uma demanda contínua por espaços públicos de estudos e de atividades culturais”, justifica o parlamentar.

PINGA-FOGO

Inversão I

A saturação do Hospital da PUC, que atende SUS em Campinas, atingiu 390% acima da capacidade instalada, refletindo o agravamento em relação ao mês passado, quando a taxa de ocupação registrava 360%, evidenciando o colapso do atendimento e a degradação das condições de assistência à saúde locais.

Inversão II

E enquanto pacientes se amontoam nos corredores, o prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) vai a Sousas assinar uma ordem de serviço para o início do recapeamento de uma avenida no distrito, expondo o descompasso entre as urgências da cidade e as ações administrativas prioritizadas.

Inversão III

Soma-se a isso o fato do prefeito ser médico e da gravidade do cenário exigir uma postura proativa de busca por recursos junto a esferas superiores. Dário deveria se dirigir ao Palácio dos Bandeirantes para pleitear auxílio financeiro e emergencial diretamente ao governador Tarcísio de Freitas, do mesmo partido.

Inversão IV

A urgência exige ainda a superação de quaisquer barreiras ideológicas em prol da população. O prefeito tem o dever de ir a Brasília para apresentar a crise ao presidente Lula e solicitar auxílio do Ministério da Saúde. A preservação das vidas dos campineiros possui valor imensamente superior a disputas partidárias.

Inversão V

O restabelecimento da dignidade na gestão pública requer o enfrentamento direto da realidade dos serviços de saúde. A chefia do Executivo deveria inspecionar pessoalmente as dependências do Hospital da PUC para testemunhar o calvário dos campineiros no local.

Inversão VI

Gestão pública existe para a resolução de problemas, sobretudo se essas questões são urgentes e podem gerar a morte de cidadãos. Assinaturas de obras devem ser feitas em gabinete, a menos que a projeção no TikTok a preservação da vida humana.



Câmara preparou uma campanha de divulgação

Audiências debatem diretrizes orçamentárias

Reuniões são realizadas pela Câmara e abertas ao público

Raquel Valli

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara realiza em 9 de junho duas audiências públicas para debater projetos relacionados às diretrizes orçamentárias e às metas fiscais de Campinas. A proposta aponta prioridades da Administração Pública, fixa diretrizes para elaboração do orçamento, alterações tributárias, organização das receitas e despesas, transferência de recursos, administração da dívida pública e execução de emendas parlamentares.

Entretanto, segundo o analista político Paulo Gaspar, ex-vereador que mais economizou na Câmara campineira, poupando R\$ 1,1 milhão dos cofres públicos, “estas audiências funcionam mais como uma peça teatral que os vereadores utilizam para enganar a população” porque “o orçamento municipal já está todo comprometido e planejado de acordo com as despesas obrigatórias e com as demandas já pré-determinadas pelos partidos da base governista, para atender suas promessas de campanha em seus redutos eleitorais”. Ainda segundo Gaspar, “a preocupação com a demanda da população é só discurso vazio. As prioridades são para atender os partidos e os seus vereadores”.

Já o texto da Câmara diz que prevê prioridades voltadas à qualidade de vida, ao desenvolvimen-

to econômico e à sustentabilidade, além de reforçar mecanismos de transparência, participação popular e controle social na elaboração e na fiscalização do orçamento. Trata-se de “um instrumento essencial de participação popular que discute as metas e prioridades da administração pública para o ano seguinte, conectando as demandas da população com a elaboração do orçamento municipal ou estadual”, afirma o vereador Luiz Rossini (Republicanos), presidente do Legislativo Municipal. A primeira audiência, marcada às 19h, tratará do projeto de lei, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2027. Já a segunda, está agendada às 20h para discutir o projeto da Prefeitura que solicita alterações técnicas nos demonstrativos do orçamento, sem, entretanto, alterá-lo. Inclui demonstrativos de metas anuais, comparação de metas fiscais com os três exercícios anteriores e estimativa e compensação de renúncia de receita. A justificativa indica que a atualização possui caráter técnico e adequa os demonstrativos fiscais às projeções econômicas e financeiras da Administração, sem alterar a estrutura da legislação orçamentária.

A Comissão informou que o horário das audiências foi marcado para garantir a presença de público no Plenário (Av. Eng. Roberto Mange, 66).